

## A GEOGRAFIA HUMANISTA E OS ACONTECIMENTOS NA VIDA DIÁRIA: UMA REVISÃO\*

Vera Lúcia dos Santos<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente artigo faz uma breve contextualização da Geografia Humanista apontando para a importância dos estudos relacionados à Cognição do Meio Ambiente. Tais estudos são relevantes no atual momento considerando-se as ações antrópicas no meio de forma cada vez mais incisiva, chegando a aniquilar determinadas paisagens, acarretando em sérios impactos ambientais, tanto nos sistemas físicos-naturais quanto nos sociais, econômicos e culturais.

*Abstract:* The current article makes a brief contextualization of the Humanist Geography pointing out the importance related to the studies of the Cognition of Environment. Such studies are relevant in this present moment taking in consideration the anthropic actions in the way much more incisive, causing the annihilation of some landscape, resulting in serious impacts environmental, in the same degree affecting the physical-nature system thus in social, economic and cultural fields.

*Palavras Chave:* Geografia humanista, cotidiano, cognição ambiental  
*Key- Words:* Humanist geography, quotidian, environmental cognition

Ao longo do desenvolvimento da Ciência Geográfica várias foram as correntes que explicavam as problemáticas sociais e ambientais oriundas em um determinado espaço. Ora com conotação mais exata, ora candente de humanismo, os geógrafos dependendo da sua postura político-ideológico construíram uma Geografia eclética e difusa, talvez tão complexa como a própria natureza humana, já que a Geografia é uma ciência social.

\* Texto pertencente ao primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado, defendida em dezembro/1998, intitulada: "Projetos Hidrelétricos de grande porte e efeitos sociais: o exemplo do topocídio provocado pela barragem de Porto Primavera".

<sup>1</sup> Professora Mestra do Departamento de Geografia da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão.

Faz Ciência	Francisco Beltrão	v.3	n° 01	p. 123-140	1999
-------------	-------------------	-----	-------	------------	------

Desta forma, as correntes geográficas tentavam desvendar os questionamentos levantados pela sociedade em determinado período, não restando dúvidas de que toda produção geográfica é extremamente válida, porém, não deve ser analisada dissociada do momento histórico, sob pena de desvalorizar produções que tiveram objetivos específicos em determinado momento.

Contemporaneamente, para entendermos o homem em toda sua complexidade, suas ações e atitudes, assim como questões referentes ao cotidiano é necessário recorrer a novos conceitos teóricos-metodológicos, que permitem verificar a percepção das pessoas em relação ao meio que as circundeiam.

A Geografia Humanista tem fornecido meios de avaliar a percepção das pessoas e quais são os valores e atitudes desencadeados diante de determinadas situações que ocorrem no cotidiano. Ela se preocupa em buscar um maior sentimento do mundo humano, estudando as relações entre as pessoas e a natureza, seus sentimentos e idéias sobre o espaço e o lugar. Desta forma, a Geografia Humanista torna-se essencialmente reflexiva, propondo-se a pensar sobre o homem, suas especialidades, anseios, gostos, satisfações, indo além de analisar o homem e sua sociedade de uma forma reducionista, minimizando o papel da conscientização e do conhecimento humano. É nesse sentido que Tuan (1982:163) pondera que “o mundo dos fatos geográficos inclui não somente o clima, as propriedades agrícolas, os povoadamentos e as nações-estados, mas também os sentimentos, os conceitos e as teorias geográficas. Um humanista olha esse mundo de fatos e pergunta: o que ele significa? O que ele diz a respeito de nós?”.

Na verdade, a Geografia Humanista nasce de um movimento de pesquisadores preocupados em romper com a perspectiva científica cartesiana, incorporando os estudos da humanidade com a abrangência e amplitude que são merecidos. Sentia-se a necessidade proeminente de entender o homem em sua especificidade, ultrapassando os modelos matemáticos e as explicações estruturais da economia, vendo-o como participativo,

construtor da paisagem, observando o espaço como mundo-vivido e não apenas como algo ocupado.

Desta forma, Holzer (1996) salienta que Sauer em 1925, talvez tenha sido um dos precursores em falar sobre paisagem cultural, pois para ele o ambiente é formatado e transformado em habitat pelo homem, marcando-o com sua cultura. Expande-se assim, por todo os Estados Unidos e para o exterior, a criação de vários cursos de Geografia Cultural. Outro renomado geógrafo norte-americano John Kirtland Wright, responsável por publicações sobre a Geografia Histórica, clama clementemente para os geógrafos explorarem as “terras incógnitas pessoais”, esclarecendo a necessidade da Geografia em ultrapassar o plano acadêmico que a sujeita os métodos de análise objetiva. Divulgava, segundo Holzer, que era necessário incorporar a subjetividade, pela utilização de trabalhos leigos com cunho geográficos produzindo uma disciplina que ultrapassava a análise sistemática, denominada por ele de “Geosofia Histórica”.

A década de 60 é marcada por discussões acirradas que envolviam a preocupação em encontrar uma nova abordagem geográfica que transpusesse o academicismo produzido até então, estudando o homem na sua complexidade.

Arrolando ainda a explanação realizada por Hoelzer sobre a Geografia Humanista, é de extrema relevância a contribuição de David Lowenthal, um ex-aluno de Sauer, que face ao domínio da Geografia Quantitativa o surgimento da Geografia Comportamental, revisa a obra de Wright com o objetivo de renovar a Geografia Cultural. Buscava, então, uma nova epistemologia para a Geografia “que abarcasse os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o liberal e o esquemático” (Holzer, 1996:9)

Ao mesmo tempo, Tuan divulga a importância da topofilia expressa pelos sentimentos positivos do homem em relação a natureza. Dava-se assim, os primeiros passos para uma renovação radical, superando até mesmo a Geografia Cultural e histórica, estendendo os estudos geográficos para a importância da vivência, da paisagem humanizada, na qual o homem imprime sua existência.

Em 1965, Robert Kates e Gilbert White uniram-se a Lowenthal na promoção de um simpósio sobre percepção ambiental e comportamento, marcando decisivamente as discussões oriundas da Psicologia Comportamental, Geografia Cultural e Geografia Histórica, interessadas em inovar os seus campos de análise com contribuições da Antropologia, Psicologia e Sociologia. Desse encontro alguns artigos foram publicados na íntegra, sendo que Holzer destaca em seu trabalho os escritos de Lowenthal e de Tuan, salientando que para Lowenthal os estudos geográficos dividem-se em três eixos: "a natureza do ambiente; o que pensamos e sentimos sobre o ambiente e como nos comportamos e alteramos o ambiente" (Holzer, 1996:10). Para Lowenthal, até o momento do encontro, os geógrafos se preocupavam predominantemente com os estudos relacionados ao primeiro eixo, considerando-o como o mundo real, enquanto que os outros eixos, tão importantes quanto o primeiro, vinham sendo negligenciados pelos estudos geográficos. No mesmo sentido, Tuan também preconizava que era totalmente omitido pelos geógrafos as atitudes em relação à natureza, encarando as paisagens dotadas de significados.

Entretanto, como destaca Holzer, a sociedade nos anos 60 estava passando por algumas peculiaridades que não dá para ignorá-las quando se fala da sistematização da Geografia Humanista. É necessário reportar-se ao ambiente intelectual e aos movimentos sociais da época, tais como movimento hippie, revoltas estudantis, questionamentos atroztes sobre os padrões políticos, econômicos e culturais instituídos. Os jovens eram acima de tudo questionadores e a Geografia operacional e as leis mecanicistas não respondiam às suas inquietações. Realmente tratava-se de um momento único na história humana em que se buscava novos valores humanos e outros estilos de vida.

Especificamente a ciência geográfica, na década de 60 estava dominada pelo economicismo e cientificismo absoluto, eliminando valores morais e a subjetividade humana.

Nesse âmbito, Amorim (1996:140), afirma que

*"na realidade, muitos estudiosos (geógrafos e não geógrafos) começaram a buscar uma nova alternativa epistemológica nos estudos de percepção ambiental. É que a maior parte dos trabalhos desenvolvidos na Geografia e em outras ciências, nos anos 60 e início dos 70, possuía duas orientações epistemológicas poderosíssimas: de um lado, a quantificação, a racionalização e a sistematização dos neopositivistas; de outro, o materialismo e o economismo dos neomarxistas".*

Assim, o movimento humanista era respaldado pela necessidade de "olhar o homem por dentro", valorizando suas percepções, atitudes, representações e sentimentos.

Em 1970, Relph apresenta em um artigo as possibilidades da fenomenologia ser o suporte filosófico capaz de unir os geógrafos que tinham como prioridade os aspectos subjetivos da espacialidade, mas não aceitavam a identificação de comportamentalistas. Porém, do método fenomenológico foram apropriados alguns conceitos, principalmente mundo-vivido e lugar, não havendo uma "aplicação rigorosa do método proposto por Husserl, considerado de difícil compreensão pelos próprios membros do coletivo"(Holzer, 1996:12).

A partir daí a Geografia Humanista se desenvolve, criando um eclecismo de propostas e extrapolando o público inicial de geógrafos. Em sua amplitude de interesses e capacidades, indubitavelmente ela reflete o homem e, como afirma Holzer (1996:17) "sempre esteve na vanguarda e possivelmente tem muitas das respostas para as questões que o Pós- Modernismo coloca para os estudiosos da espacialidade humana".

Dentro das linhas de pesquisas mais relevantes destacam-se: percepção do meio ambiente, valorização de paisagens e lugares, riscos e impactos ambientais, gestão e manejo do meio ambiente, percepção das pragas e dos praguicidas na agricultura, entre outros, que exigem do pesquisador tanto manter a objetividade científica

como a preocupação do humanista, uma vez que paisagem, lugares e espaços estão sempre sendo recriados pela criatividade e necessidades humanas. Como afirma Lowenthal (1982:141) “todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens, criando ordem e organizando espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predições”.

A partir dessa explanação fica evidente que a Geografia Humanista está intrinsecamente ligada ao cotidiano, oferecendo o suporte teórico-metodológico para os estudiosos que buscam entender o homem não apenas como agente social, mas também como construtor e remodelador da paisagem.

Vale a pena ressaltar que uma das mudanças mais profundas ocorridas nesse final de século, diz respeito à conduta humana em relação ao meio ambiente. No início do século e, especificamente, após a primeira revolução industrial, o meio ambiente era visto como o nutridor das falésias humanas, ou melhor, os recursos naturais eram tratados como inesgotáveis, não se respeitando de forma alguma o equilíbrio dinâmico existente entre os diversos sistemas naturais. O meio ambiente era também o local onde se depositava todos os tipos de resíduos e detritos industriais, comerciais e domésticos, sem a mínima preocupação com as conseqüências desse processo. Durante muito tempo, com a corrida acelerada buscando o desenvolvimento econômico e a industrialização crescente, não houve preocupação com as mudanças que estavam ocorrendo e as que estavam por vir, embora muitos cientistas alertassem para o perigo eminente se o ritmo de exploração do meio ambiente fosse mantido. Tudo indica que as atitudes da humanidade diante da natureza advinha do fato de se acreditar no divórcio entre o homem e o meio natural. Acreditava-se que com o avanço da tecnologia e da ciência, sempre trazendo à luz descobertas inusitadas, o homem chegaria ao ponto máximo de não depender do meio ambiente, de poder simular em laboratório os ciclos naturais, descobrindo novos elementos que pudessem substituir os naturais, ou pelo menos competir com esses.

No entanto, atualmente tudo leva a crer que o divórcio entre o homem e a natureza provavelmente nunca acontecerá, porque o

homem é parte integrante dela. Mesmo diante de todo avanço científico e tecnológico, hoje há consciência, felizmente, de que é preciso almejar a qualidade de vida, integrar-se ao meio em que vivemos, garantindo a própria sobrevivência.

Nesse contexto, o meio ambiente não engloba apenas os elementos físicos naturais, bióticos e abióticos. Meio ambiente como afirma Oliveira (1983:16), “é tudo que rodeia o homem, quer como indivíduo, quer como grupo, tanto o natural como o construído, englobando o ecológico, o urbano, o rural, o social e mesmo o psicológico”. Em outras palavras é o que nos envolve, nos proporciona a própria vida, já que nenhum ser vivo sobrevive em um espaço vazio.

É com essa concepção de meio ambiente que hoje se busca um novo equilíbrio entre a sociedade e as maneiras como ela utiliza os recursos naturais, na tentativa de minimizar os diversos impactos que ocorreram e estão ocorrendo. Muito já foi feito, e mais ainda há por fazer, porém a questão ambiental, nestas últimas décadas está sendo encarada com mais seriedade e abrangência, interessando a todas classes sociais.

Nesse âmbito, meio ambiente tem que ser abordado considerando-se a percepção das pessoas que o vivenciam. Ao desenvolver suas atividades econômicas, sociais e culturais, o homem troca com o meio circundante relações constantes e intrínsecas que ultrapassam a necessidade de sobrevivência. É em um determinado espaço, demarcado com facilidade pelo homem que ele consegue atingir e satisfazer seus anseios, gostos, preferências e atingir verdadeiras satisfações sensoriais. O meio é, portanto, não só o fornecedor de recursos necessários à sobrevivência, mas é também o lugar, a paisagem e o espaço onde suas necessidades vitais são atendidas, além de ser dotados por um profundo sentimento, sentimentos esses próprio e único da espécie humana.

Assim, os lugares, as paisagens e os espaços, não devem ser estudados como meras categorias geográficas, mas sim, considerando a troca constante de apego e afetividade, e a vivência

das pessoas que deles fazem parte. Portanto, considerando as situações vividas, experienciadas, dotadas de valores que ultrapassam a moeda econômica, pois são valores ligados aos sentimentos e satisfações pessoais.

É nesse sentido que Tuan (1983), em sua obra clássica, demonstra com extrema clareza que lugar é a própria segurança, ou melhor, nos sentimos seguros em um determinado lugar por conhecermos bem suas limitações, mas, paradoxalmente, na condição de seres humanos somos levados a ansear pela liberdade, que é representada pelo espaço. Ambos se completam, pois “um espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecermos melhor e o dotamos de valor”(Tuan, 1983:06). No mesmo sentido, Relph (1979) salienta que lugar deve estar relacionado com a experiência e o próprio envolvimento com o mundo, sendo que ele satisfaz a necessidade de raízes e de segurança. Cita Eric Dardel, deixando nítido que

*“a necessidade de segurança nos lugares não é questão de escolha; a necessidade de lugar em geral e por lugares particulares é largamente pré-determinada. É imensamente difícil decidir de antemão em que tipo de ambiente você deseja viver, avaliar a qualidade dos lugares e selecionar o melhor, de acordo com um critério definido racionalmente. Você justamente conhece onde se sente em casa”*(Relph, 1979:17).

Não existe uma escala definida para o lugar, pois ele representa amparo, conforto, comodidade e pode variar desde o apego por uma poltrona encostada no canto da sala até pelo amor a Pátria, que é compartilhado por milhares de pessoas. O lugar nos oferece muito mais que condições favoráveis a nossa saúde e condições para desenvolver nossas atividades econômicas: ele é o envoltório, a capa protetora que nos dá a sensação clara de segurança, havendo uma interação e identificação profunda, que gera um verdadeiro espírito de lugar. Dubos (1981:96) salienta

essa questão afirmando que “todos os seres humanos têm quase as mesmas necessidades fundamentais quanto ao bem - estar biológico e econômico, mas muitos de seus diversos anseios de humanidade só podem ser satisfeitos em determinados lugares”.

No entanto, diante de tantas transformações no meio ambiente, desencadeadas pela ação humana, visando atingir objetivos óbvios e imediatos, os lugares e as paisagens tem sido remodeladas drasticamente, sendo ignorados os valores intrínsecos a eles. As paisagens, assim como os lugares, são especiais, possuem muitos significados para quem aprendeu a apreciá-las com o tempo. Ao estudar a paisagem deve-se considerá-la como algo que é experienciado e vivido, e não simplesmente como se estivesse desligada do homem, sendo exterior a ele. Como afirma Machado (1988:16)

*“a paisagem, então, não é a simples adição de elementos geográficos. É em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e humanos que, interagindo uns com os outros, fazem dessa paisagem um conjunto individualizado e indissociável, em perpétua evolução”.*

Na verdade, a paisagem reúne tantos significados e é tão sublime, que torna-se difícil enquadrá-la em uma conceituação. Collot (1990:22), defende a tese de que ao definir paisagem não podemos falar de algo genérico, mas sim através de como a percebemos, sendo necessário abordar três elementos para defini-la respeitando a sua totalidade. Em primeiro lugar, ele parte da idéia de que “ela deve ser definida a partir do ponto de vista de onde é observada”. Desta forma, exige um sujeito que por sua vez não está separado da paisagem, em uma relação de exterioridade, mas sim, faz parte dela, sendo ambos inseparáveis. Concomitantemente, a paisagem oferece a quem a observa apenas parte de uma área, sendo que essa limitação é fruto de dois fatores

preponderantes: a posição do observador e o relevo da área analisada. Porém, a percepção completa o que o observador não consegue definir, determinando o sentido do objeto. Apesar de ser dicotômico, o autor afirma que é esta limitação do espaço visível que contribui para garantir uma unidade da paisagem, pois “o que não é visível para mim em um dado momento, é o que outra pessoa, simultaneamente, pode ver”(Collot, 1990:24). Assim, o autor ressalta outra característica inerente a paisagem, a idéia do conjunto, ou seja, a paisagem se constitui como uma unidade coerente, ela forma um todo, embora nessa vista só a enxerga de uma forma fragmentada.

Desta maneira, é notório que a relação entre paisagem, lugar e espaço, não é constante e nítida, considerando-se esses fenômenos experienciados e vividos, dotados de valor e significado. Relph (1979:16) que sintetiza claramente o significado dessas categorias numa abordagem fenomenológica, afirma que “lugares contém paisagem, e paisagem e espaços contém lugares”. No entanto, somos compelidos até mesmo devido à força cultural a designarmos maior significado aos lugares, uma vez que ele representa o próprio espaço e paisagem mais próximos das experiências humanas. O espaço, por sua vez, analisado pela ótica da experiência, como afirmado anteriormente, se funde com o lugar. O que representa para nós um espaço desconhecido, na medida que o conhecemos e o dotamos de valor, torna-se um lugar.

Sendo assim, o espaço nunca deve ser estudado como um espaço vazio, que vez ou outra lhe atribuímos algum significado. Na verdade, ele contém qualidade e significados, vivemos nele e nele projetamos nossos anseios, desejos e frustrações. Radicalizando, não se trata de um espaço euclidiano, ou geométrico, ou em outro extremo, sensorial ou representacional: ele é vivido. Contudo, quando esse espaço torna-se mais íntimo, mais próximo e facilmente delimitado, ele é um lugar, porque trocamos sentimentos, afinidades, apego, desapego, gosto....

Nesse sentido espaço, paisagem e lugar devem ser estudados considerando-se a percepção das pessoas que os

vivenciam, proporcionando maior riqueza e profundidade no entendimento das questões inerentes a eles. Nos dias atuais é evidente que as paisagens de um modo em geral são recriadas e reorganizadas pela sociedade que atua cotidianamente, buscando soluções que resolvam seus problemas imediatos. No entanto, o grande enigma que se coloca não é com relação à reorganização e recriação das paisagens, mas sim como realizar essas mudanças com base na percepção e na experiência daqueles que convivem diretamente com a nova paisagem. Não há dúvidas de que para o planejamento tal postura é de grande validade, já que ao planejar uma paisagem o planejador não deve separar dessa paisagem as pessoas que nela irão conviver e construir seu cotidiano, deverá sempre ter como prioridade adequar a paisagem às necessidades e desejos das pessoas que a incorporarão ao seu dia-a-dia. Nesse sentido Amorim (1996) afirma categoricamente que

*“os intelectuais interessados nos lugares e nas paisagens valorizadas não pretendem produzir apenas uma simples divagação poética sobre eles. O que está em questão são os sentimentos de indiferença, de afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato. Sentimentos e valores que, seguramente, têm papel importante (em muitos casos, decisivo) na formação de juízos de valor, de atitudes e, em última análise de ações sobre esses lugares e paisagens”.*

Mas o que percebemos? O que é percepção? Como percebemos? O fenômeno da percepção é pertinente à Psicologia e é nesta área do conhecimento que se deve buscar os fundamentos para a sua compreensão. Libório (1994) destaca que há debates no cerne da ciência psicológica, com o intuito de esclarecer certas polêmicas em torno das capacidades que o homem possui, desejando saber em que medida elas são estabelecidas geneticamente ou até que ponto são resultado da aprendizagem

perceptiva, vivenciada através da experiência e memória. A corrente piagetiana esclarece as preocupações levantadas pelos geógrafos que se interessam por essa linha de pesquisa, ao encarar a percepção como um fenômeno indissociável do sujeito. Libório (1994:119) comenta que para Piaget a base da percepção é cognitiva, estando ligada diretamente ao conhecimento que, por sua vez, é constituído pela inteligência. Machado (1988), comentando a teoria de Piaget, explica que a percepção não se coloca apenas em termos de dimensões geométricas, ou seja, altura, largura e profundidade, pois o espaço que percebemos não é um vazio, é preenchido pelas construções humanas, exigindo uma adaptação que se dá através de dois processos difíceis de serem separados: assimilação e acomodação do meio ambiente. A autora comenta que Piaget considera adaptação também definida em termos psicológicos, ou melhor, existem trocas funcionais do eu com o meio exterior, consistindo em dois aspectos: o cognitivo e o afetivo. No entanto, o cognitivo se destaca, sendo que o afetivo é a energia do sistema. Neste sentido, "a percepção é o conhecimento que adquirimos através do contato direto e imediato com os objetos e com seus movimentos, dentro do espaço sensorial"(Machado, 1988:45).

A percepção, portanto, está ligada inextricavelmente à experiência do indivíduo, variando de um sujeito para outro, sendo totalmente individual e incomunicável. Entre a percepção e a inteligência, existe uma atividade perceptiva, em um contínuum, que liga as duas em um processo ininterrupto, permitindo os deslocamentos dos órgãos sensoriais no espaço e no tempo, bem como suas explorações e antecipações. A percepção é diferente da sensação, sendo que a primeira é o resultado de processos desencadeados na mente, e a segunda, dos sentidos.

Torna-se nitido a diferença entre o ver e o perceber, uma vez que ver é apenas uma sensação, enquanto que perceber significa atribuir significado, ou seja, à medida que percebemos algo, atribuímo-lhes um valor específico. Oliveira (1983:16) esclarece que "a sensação necessita de órgãos sensoriais para

receber os estímulos provenientes do exterior, órgãos estes que possuem estruturas e funções anatômicas e fisiológicas apropriadas para captar os sinais específicos. Ao passo que a percepção é trabalhada no córtex cerebral, não como formas nem conteúdos, mas como significados”.

Fica claro então que a percepção depende diretamente dos receptores sensoriais que levam a informação ao cérebro, sendo codificada e atribuído-lhe um valor, ou seja, um significado. Tuan (1983) esclarece que o ser humano percebe o mundo através de todos os sentidos, mas o uso maior de um ou outro órgão sensorial varia de indivíduo para indivíduo e de cultura para cultura. Todavia, um sentido reforça o outro, desvendando juntos a estrutura, a substância e a forma do fenômeno percebido.

Porém, mais recentemente, pesquisadores preocupados com questões relacionadas à percepção ambiental, têm ressaltado que ela está inserida em um processo muito mais amplo denominado cognição ambiental. Souza (1998) aponta quatro processos inerentes à cognição ambiental, sendo a *percepção* o primeiro processo, caracterizando-se por ser imediata e multisensorial, através da qual o indivíduo, a partir de seus valores internos e experiências prévias, seleciona informações presentes no ambiente. A segunda etapa desse processo diz respeito ao *mapeamento cognitivo*, ou seja, o indivíduo forma uma representação mental relativa ao ambiente por ele percebido. Nesse aspecto, Souza destaca que há um verdadeiro mapeamento das informações recebidas, havendo a presença de filtros culturais, sociais e individuais que influenciam diretamente a representação final. Na seqüência, ocorre a avaliação ambiental, no qual as pessoas fazem suas avaliações e descrições das qualidades do ambiente.

Desta forma, é compreensível que diferentes pessoas façam diferentes avaliações sobre características de determinado meio ambiente, ou seja, viajantes, moradores, estudiosos fazem avaliações diferenciadas de um mesmo ambiente. Segundo Souza, alguns autores apontam cinco qualidades ambientais que geram

as avaliações ambientais, sendo as seguintes: complexidade, representada pela extrema variabilidade de diferentes elementos físicos em um cenário ambiental; coerência, há um adequado nível de organização e estruturação desses elementos; naturalidade, está ligada a presença de elementos naturais no ambiente; mistério, boas perspectivas visuais aliadas a partes parcialmente encobertas de elementos ambientais e, finalmente, o enclausuramento, representado pelos ambientes bem definidos nos seus limites, mas não muito amplos. Todas essas qualidades determinam espaços ambientais com avaliações geralmente positivas. Entretanto, segundo Souza, há outros autores que consideram que nossa mente, nesta etapa de avaliação, atribui valores e forma julgamentos das qualidades ambientais tendo como referenciais os atributos físicos-espaciais<sup>2</sup>.

Seguindo com a seqüência dentro do processo de cognição ambiental, finalmente, têm-se as etapas conjuntas da geração de *condutas ambientais* e conseqüente *ação ambiental*, etapas finais, quando o indivíduo “após perceber o ambiente, processar as informações recebidas com aquelas que lhe são internas, formar sua representação interna e avaliá-la de acordo com seus valores e expectativas, vai determinar diretrizes para o seu comportamento ambiental” (Souza, 1988:18).

Souza prossegue sua assertiva esclarecendo que alguns autores consideram dois fatores básicos na geração de condutas ambientais, a atitude e a expectativa. As condutas teriam ainda a influência marcante do conjunto de valores intrínsecos a cada pessoa. A conseqüência imediata desse delicado e complexo processo é a ação ambiental, ou seja, o comportamento propriamente dito das pessoas diante do ambiente em que vivem.

No entanto, percebe-se nitidamente que a percepção ambiental representa apenas uma etapa do processo cognitivo, sendo que os mais diversos estudiosos do meio ambiente, entre

---

<sup>2</sup> O referido autor aponta como autores da primeira linha Kaplan & Kaplan (1989) e Garling & Evans (1991), enquanto que na segunda abordagem destacam-se Canter (1991), Del Rio (in Del Nero et. alii, 1996) e Tuan (1980).

eles, geógrafos, psicólogos e arquitetos, têm utilizado a denominação de cognição ambiental, já que esta abarca todo o processo de aprendizagem, conduta e ação do homem em relação ao meio ambiente.

Constata-se então, que o processo de cognição do meio ambiente é algo extremamente complexo e único da espécie humana. O meio ambiente apresenta uma heterogeneidade muito grande e cada pessoa vivencia, experiencia e prefere as paisagens que compõem o meio ambiente diferentemente. Moradores, visitantes, viajantes apreciam, gostam ou desgostam de elementos diferentes, dependendo da sua interação com as paisagens.

Há pessoas que sentem aversão por determinadas paisagens, o que Relph (1979) identifica como sendo experiências tofóbicas, enquanto que as experiências com as paisagens que nos dão prazer, agradáveis e positivas, são tratadas como topofílicas por Tuan (1980). Topofilia então envolve um sentimento que desenvolvemos por determinado lugar que nos proporciona uma sensação de conforto, não envolvendo nenhum tipo de tensão, ao passo que topofobia significa o medo, a rejeição que sentimos por determinados lugares, incluindo “todas as experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem à ansiedade e depressão” (Relph, 1979:20). Tuan (1980) deixa claro em seu trabalho, considerado um clássico, na análise de atitudes e valores que as pessoas desenvolvem em relação ao meio ambiente, que a topofilia assume diferentes formas e amplitudes, não se tratando de algo rígido e repetitivo, pois existem diferentes maneiras de sentir e demonstrar a topofilia. O autor afirma que ela pode ser expressa no “prazer visual efêmero; o deleite sensual do contato físico, o apego por um lugar por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação; alegria nas coisas devido à saúde e vitalidade animal” (Tuan, 1980:286). O que fica nítido é que a topofilia é um sentimento que todas as pessoas desenvolvem em relação ao que elas gostam e lhes dá prazer no meio ambiente físico, sendo praticamente individual, variando desde o apego que determinado indivíduo sente pelo seu lar até o amor à Pátria, que pode ser compartilhado por toda a sociedade. Entretanto, a

sociedade moderna caracteriza-se principalmente pelo rápido desenvolvimento científico e tecnológico e por buscar sempre superar as atuais condições, ou seja, parte do esforço humano e científico visa a descobertas que trazem em seu bojo grandes avanços, seja no campo da medicina, da cibernética, da biotecnologia, o que se procura é uma suposta independência do meio natural. Desde o domínio do fogo, a criação da roda, o manejo do solo, o aproveitamento da energia da água e do ar, através de rodas d'água, moinhos de vento, etc..., o homem vêm provocando impactos ambientais de diferentes magnitudes, que ultimamente vêm aumentando e diversificando muito. Cada vez mais as paisagens estão sendo remodeladas e recriadas abruptamente, não mais cotidianamente, mas sim visando atingir objetivos imediatos e obscuros. Há, em muitos casos, não só uma transformação das paisagens, mas sim um verdadeiro aniquilamento do lugar, ou seja, em prol da implantação de certos projetos alguns lugares deixam de existir, ocorrendo o que Porteous (1988) denomina de topocídio. O autor relata detalhadamente como se deu o topocídio de uma cidade portuária inglesa da qual ele foi morador por vinte anos, denominada Howdendyke, cujas áreas residenciais estavam sendo destruídas diante da implantação de projetos industriais incentivados pelo poder público. Ele observa que uma das características fundamentais do topocídio é sua implantação de uma maneira suave, sem que a população realmente perceba o que está ocorrendo e, quando percebem, já é tarde. São lugares que deixam de existir, permanecendo com certa avidez apenas nas memórias das pessoas, principalmente dos mais idosos, mas que o tempo vai massacrando e depois de alguns anos tende a cair no esquecimento.

Geralmente esses grandes projetos, alentados pelos discursos políticos e pela ideologia do desenvolvimento econômico, trazem embutido grande desrespeito às pessoas impactadas. No início, são apresentados apenas em seus aspectos positivos, tais como empregos, desenvolvimento econômico e comercial, melhoria na qualidade de vida, entre outros. Os aspectos negativos não são ressaltados, e quando tornam-se visíveis, não há nada que possa ser feito para reverter a situação. Desta forma, o topocídio é

altamente autoritário e avassalador, imposto para as pessoas sem uma discussão prévia e ampla de suas reais conseqüências. Considerando-se o fato que há muito tempo se causam danos de diferentes magnitudes, muitas vezes irreversíveis, às paisagens, aos lugares e às porções significativas da natureza, causa certa estranheza o fato de se ter demorado tanto para se chegar a ele. Entretanto, o momento atual é importantíssimo na medida em que com a tomada de consciência da gravidade dos diversos danos causados ao meio ambiente, natural ou construído, o topocídio é o alerta de que as ações humanas devem ser planejadas, no sentido de minimizar os vários tipos de aniquilamento deliberado de lugares e paisagens.

Infelizmente, o que se verifica é que quando as autoridades políticas e os planejadores decidem implantar grandes projetos, as pessoas atingidas são meros obstáculos, não possuem vontades próprias, nem sequer o direito de opinar sobre questões tão ligadas às suas vidas, são apenas simples objetos espaciais, que devem ser removidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. "Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais", Vicente Del Rio; Oliveira, Livia de. (org.), *Percepção ambiental: a experiência brasileira*, São Paulo: Studio Nobel, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- COLLOT, Michael. "Pontos de vista sobre a percepção das paisagens", *Boletim de Geografia Teórica*, v.20, n.39, pp.21-32, Rio Claro, 1990.
- DUBOS, René. *Namorando a Terra*, São Paulo: Melhoramentos e EDUSP, 1981.
- HOLZER, Werther, "A Geografia Humanista: uma revisão", *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro: UERJ, nº 3, 1996.
- LIBÓRIO, Marília Gomes Campos. *Código Florestal Brasileiro:*

- um estudo sobre as relações entre sua eficácia e a valorização da Paisagem Florestal no Sudoeste Paulista*, Rio Claro, 1994. (Tese de Doutorado)
- LOWENTHAL, David. "Geografia, experiência e imaginação: em direção à uma epistemologia geográfica", Antônio Christofolletti (org.), *Perspectivas da Geografia*, São Paulo: Difel, 1982.
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. *A Serra do Mar Paulista: um estudo de Paisagem Valorizada*, Rio Claro, 1988. (Tese de Doutorado)
- OLIVEIRA, Livia de. "A percepção da qualidade ambiental", *Ação do Homem e a Qualidade Ambiental*, ARGEO, Rio Claro, 1983
- ORTEGOUS, J. Douglas. "Topocide: the annihilation of place", Eyles, J.; Smith, D.M. (ed.), *Methods in human geography*, Oxford: Polity Press, 1988.
- RELPH, Edward C. "As bases fenomenológicas da geografia", *Geografia*, v.4, n.7, p.1-25, Rio Claro, 1979.
- SOUZA, Carlos Leite de. "Cognição ambiental e leitura da paisagem urbana: teoria e prática", Livia de Oliveira; Lucy Marion Calderini Ph. Machado (orgs.), *Paisagem Paisagens - 3º Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem*, Rio Claro: UNESP, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo: Difel, 1983.
- \_\_\_\_\_. "Geografia Humanística", Antônio Christofolletti (org.), *Perspectivas da Geografia*, São Paulo: Difel, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio Ambiente*, São Paulo: Difel, 1980.